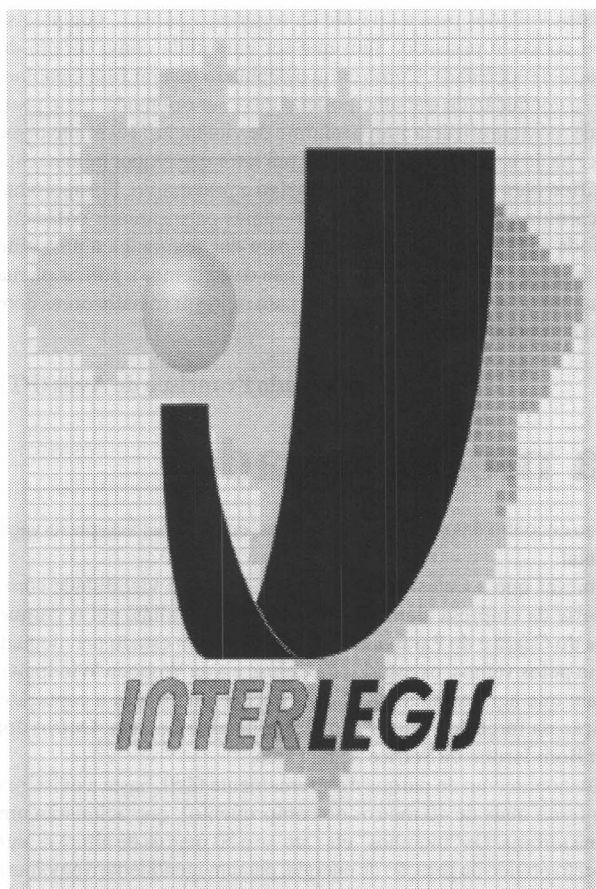


# NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 4 de agosto de 2000

Ano 2 Nº 34

## Santa Catarina entra na Interlegis



Santa Catarina, como com a Câmara dos Deputados e o Senado em Brasília de forma rápida e simples através do computador, sem necessidade de ligações telefônicas ou escritórios para a realização das consultas”, explica Knaesel. A Interlegis também fará a comunicação entre todas as Assembleias do Brasil à medida que estas forem se integrando ao projeto - a de Santa Catarina é uma das primeiras. Em todo o Brasil, são cerca de 2.500 casas legislativas, entre câmaras municipais e Assembleias, que o projeto quer atingir.

A Interlegis visa aumentar, através deste contato simples e direto, a eficiência das Assembleias utilizando as tecnologias da informação e telecomunicação. Outro objetivo é minimizar o desnível entre as atuações das casas legislativas dos diversos

estados brasileiros. Em alguns casos, a tecnologia é de ponta e os recursos humanos qualificados, enquanto que em outros, esses setores ainda necessitam de investimentos.

“A participação da população no processo legislativo também vai ser muito incentivada”, observa Knaesel, já que qualquer cidadão que tenha Internet também terá esse acesso livre. “Desta

forma, acontece a fiscalização sobre a qualidade da legislação elaborada”, completa.

Entre os mecanismos previstos no programa de formação desta comunidade virtual estão os seminários regionais, como o que será sediado pela Assembleia catarinense. Os seminários apresentam com detalhes todo o projeto de implantação e funcionamento da Interlegis, incentivando sua implantação. Esses eventos permitem a participação do maior número possível de servidores, parlamentares e técnicos de todas as instâncias, que percorrerão todas as regiões do país.

Sendo que o Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado – Prodasen - o órgão executor da Interlegis, o seminário da região Sul será aberto pelo senador Ronaldo Cunha Lima, presidente do Conselho Supervisor do Centro.

Já a Diretora Executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, fará apresentação detalhada do projeto. Outros técnicos abordarão temas como “Áreas Componentes do Projeto”, “A Formação da Comunidade Virtual” e “A Tecnologia como Suporte à Atuação Parlamentar”.

**M**antendo como prioridade o processo de modernização do Poder Legislativo, o presidente Gilmar Knaesel (PPB) lança mais uma vez mão da tecnologia e traz para a Assembleia de Santa Catarina a Interlegis - comunidade virtual do sistema legislativo nacional em todas as suas esferas. O lançamento acontecerá no próximo dia 14, com a realização do Seminário Regional Interlegis, que contará com a presença de participantes dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul. “Com a implantação da Interlegis, financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os vereadores dos municípios catarinenses poderão entrar em contato não só com a sede do Poder Legislativo de

**OAB/SC contesta projeto do Tribunal de Justiça**

página 4

**Autonomia da Udesc continua em discussão**

página 5

**Expo Concórdia 2000 destaca suinocultura catarinense**

página 8

## OPINIÃO

## Mais qualidade e segurança para a população



Uma análise atenta dos noticiários dos últimos meses deixa claro um fator inegável: à medida que cresce a miséria e o desemprego no País, aumenta o descontrole social e a violência. Para combater essa violência, os governantes apontam como saída apenas o aumento do aparato policial, sem o devido acompanhamento de uma política que vise à valorização e um preparo eficiente dos próprios policiais, fadados a receber baixos salários e treinamentos precários. Em Santa Catarina, no entanto, nem aumento do contingente de policiais acontece.

Só para citar um exemplo, Joinville, que é a maior cidade em termos de população, conta com 755 policiais militares, enquanto Florianópolis, com uma população menor, tem 2.882. Quanto aos policiais civis, os números também mostram a difícil situação: Joinville tem 167 policiais, dos quais apenas 148 prestam serviço na cidade, e Florianópolis tem 713. Esses dados foram prestados à Assembléia Legislativa pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, em resposta a um pedido de informação de autoria deste deputado. De acordo com essas informações, o número de veículos para as Polícias Militar e Civil e o número de delegacias também é menor em Joinville, em comparação a Florianópolis.

No Brasil, os números de mortos a cada ano revelam que vivemos uma crise imensa na área da segurança, e entendemos que o Governo precisa, urgentemente, deixar de ser omissivo e apresentar à sociedade alternativas que resolvam o problema. É necessário vontade política para mudar o caos social. É preciso atender às necessidades básicas da população, que merece resgatar sua dignidade e ter direito ao trabalho, à comida, educação, saúde e habitação. Paralelamente a isso, é preciso estabelecer uma política de segurança que garanta tranquilidade à população.

Diversos parlamentares do nosso partido têm desenvolvido seus mandatos voltados para a questão da segurança pública, que precisa ter seu conceito revisado. Tem que ser entendida como direito do cidadão e da sociedade. Como citou o deputado federal José Genoíno, do PT, a condução do trabalho policial deve ser orientada “pelo princípio da máxima eficácia com o mínimo de violência.” Há muito o que debater na área da segurança pública, um setor que requer treinamento específico para o policiamento ostensivo e preventivo. É importante destacarmos que os policiais são servidores para garantir cidadania para toda a população, e não apenas para dar segurança a uma elite encastelada atrás de muros. Também não defendemos a polícia na rua para aumentar a violência e o terror e para reprimir trabalhadores com direito democrático de se manifestar.

**Deputado Francisco de Assis (PT)**

## Energia: SC entra na modernidade



Já a partir deste ano, Santa Catarina ingressa em uma nova etapa no que diz respeito à moderna utilização de energia. Em Laguna começa a ser construído o primeiro parque eólico do Estado – ou seja, um centro para uso da energia dos ventos. Trata-se de projeto experimental desenvolvido em parceria com a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc) e a empresa alemã Wobben Windpower, líder mundial na fabricação, montagem e operação de aerogeradores.

Concluída essa primeira etapa, a das instalações físicas do parque, o centro eólico entra em operação no próximo ano, com a potência de três megawatts. Com iniciativa nossa e apoio dos demais parlamentares, em março passado encaminhamos expediente ao governo do Estado solicitando a criação de parques eólicos em Santa Catarina, aproveitando todo o potencial energético disponível nas regiões de Laguna, Bom Jardim da Serra e Água Doce.

Ninguém está descobrindo a roda nem a pólvora, mas sim aproveitando uma das mais acessíveis fontes de energia colocada em nossas mãos pela natureza. E é uma solução barata, relativamente simples de executar

e vem ao encontro das exigências modernas, em especial à da preservação ambiental.

Há meses que a Celesc vem fazendo estudos de viabilidade com a assessoria da empresa alemã, que é responsável, aliás, pelos parques eólicos do Ceará e do Paraná. Santa Catarina é um estado privilegiado também pelos ventos: os estudos da Celesc e a da Wobben Windpower mostram que aqui existem condições excepcionais para a captação e utilização da força dos ventos. Um desses locais é Laguna. Outros dois seriam Bom Jardim da Serra e Água Doce.

O funcionamento do parque é extremamente fácil: basta a existência de pás (com mais de 40 metros de comprimento), que acionarão uma pequena turbina. Os “moinhos” elevam-se a 50 metros de altura e, além do aspecto prático da geração de energia, passam igualmente a emoldurar a paisagem, contribuindo com as atrações turísticas da região. Em comparação com outras formas tradicionais de energia, como a hidrelétrica, basta dizer que os parques eólicos não exigem desapropriações de terras férteis, não há formação de reservatório e não há necessidade de deslocamento de populações, tampouco de cidades inteiras.

**Deputado Valmir Comin (PPB)**

## Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)  
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)  
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)  
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)  
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)  
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)  
4º Secretário: Adelar Francisco Vieira (PMDB)  
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC  
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621  
imprensa@ale.sc.gov.br

## Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz  
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos  
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974  
Editoração e Diagramação: Noeli Livi  
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas  
Revisão: Margareth Genovez  
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves  
Distribuição: Setor de Expedição  
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

## PRESIDÊNCIA

# Knaesel entrega relatório sobre China para Governador

No último dia 15, o Presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), esteve reunido com o Governador do Estado, ocasião em que apresentou o relatório da Missão Catarinense à China, realizada por deputados e representantes da Fiesc e do Governo, entre os dias 13 e 23 de junho. Destacou que os chineses podem contribuir com a transferência de conhecimentos para aumentar a produtividade de arroz e milho no Estado, além da aplicação de capital em vários projetos, entre eles a implantação de uma fábrica de tratores e outra de aguardente de cereais, além da faculdade de medicina chinesa tradicional em Santa Catarina. Knaesel solicitou ao Governador apoio e este agradeceu ao Presidente por ter dado o primeiro passo no processo de intercâmbio com a China.



(foto: Jonas Lemos Campos)

Entrega do relatório no Palácio Santa Catarina

## Montadora de tratores será em Pomerode

Foi concretizado o último e definitivo passo para o início das atividades em ritmo integral da montadora de tratores chinesa Rueli Shop na cidade de Pomerode. O único detalhe que ainda permanecia pendente, um financiamento do BNDS, foi liberado em julho. O presidente da Assembléia acompanhou e intermediou o processo de instalação desde seu início, no segundo semestre do ano passado e a confirmação do fechamento do negócio aconteceu na

viagem a China.

A montadora irá gerar 180 empregos diretos e a produção prevista na fase inicial é de 3 mil tratores por ano, que serão também exportados para outros países do Mercosul, como Argentina e Chile. O acordo de instalação prevê que com a implantação concluída, 46% dos equipamentos utilizados na montagem dos tratores deve ser de origem brasileira, o que possibilitará mercado para os fornecedores locais.

O montante total do projeto é de R\$ 23 milhões e envolveu uma ação conjunta entre o Governo do Estado, a prefeitura de Pomerode e a montadora Rueli Shop do Brasil. O Governo assumiu os custos da terraplanagem e a prefeitura cedeu o terreno onde a montadora está sendo construída. A execução da construção ficou por conta da empresa chinesa. "É importante ressaltar a participação do Poder Legislativo em todo esse processo de trazer para Santa Catarina a montadora que inicialmente se instalaria no Paraná," declarou o deputado Knaesel.

## Comércio intermunicipal de alimentos

O presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), acompanhou durante o receso representantes da Associação dos Municípios do Médio Vale ao Ministério Público em Florianópolis para apresentar um projeto que tem como objetivo permitir que os produtos alimentícios artesanais produzidos pela região possam ser inspecionados pelos próprios municípios. Atualmente, essa comercialização só é permitida a partir da realização das inspeções estadual ou federal, o que burocratiza o processo.

"O objetivo foi esclarecer ao Ministério Público a forma como o projeto foi elaborado", comentou Knaesel. A

segurança da inspeção municipal resguarda o consumidor e proporciona melhores preços, além de fomentar o pequeno produtor de alimentos dos municípios da região, onde estão 2.254 pequenas agroindústrias gerando 4.760 empregos, disse o Presidente, destacando ainda a forte motivação das pessoas que aderiram ao projeto, criando as condições ideais de realização do trabalho.

Estarão envolvidos o Serviço de Inspeção Municipal e a Vigilância Sanitária. De acordo com o Ministério Público, o projeto atende tanto aos interesses da Associação dos Municípios quanto aos do consumidor.

## Jardim Medicinal na AL

Com a plantação de muda de pau-brasil, o presidente Gilmar Knaesel (PPB) inaugurou oficialmente nesta terça-feira (2), na presença do secretário da Agricultura, Odacir Zonta, o Jardim Medicinal instalado no pátio interno do edifício-sede do Poder.

Knaesel comentou que a iniciativa da implantação do Jardim Medicinal partiu de um grupo de funcionários coordenados pelo ambientalista Alésio dos Passos Santos e por Henrique José da Costa, com o objetivo de integrar os funcionários do Legislativo às novas realidades, bem como educar as pessoas na cultura da medicina alternativa.

## COMISSÕES

# CPI do Narcotráfico apresenta relatório final no próximo dia 15

O relatório final da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado, aguardado com grande expectativa, será apresentado no próximo dia 15. O documento, resultado de mais de 4 meses de investigações, é mantido em sigilo pelo relator, deputado Adelor Vieira (PMDB). No entanto, após o encerramento das atividades da Comissão, o Disque-Denúncia vai continuar ativo e será criado um fórum permanente para investigar as informações que chegam via telefônica a respeito de qualquer crime previsto no Código Penal que seja cometido no Estado.

Já o presidente da CPI, deputado João Henrique Blasi (PMDB), anunciou que o Disque-Denúncia tem possibilitado apreensão de drogas e prisão de suspeitos. Informou que nessa terça-feira (1º), a Polícia Federal, que integra a



(foto: Lenas Lemos Campos)

**Deputado Adelor Vieira**

força-tarefa, apreendeu em Itajaí 24,7 quilos de cocaína.

Blasi comentou também que foram as ligações ao Disque-Denúncia que possibilitaram a agilização das investigações, que resultaram no desbaratamento da quadrilha conhecida como "Os Doze Apóstolos", integrada por policiais e oficiais da Polícia Militar catarinense lotados no 7º Batalhão da Polícia Militar, os

quais já estão presos

**Mais informações** – No recesso parlamentar de julho, a Comissão também enviou ofício ao promotor de Justiça Roberto Bertoni solicitando cópia da denúncia de tráfico de entorpecentes que teria ocorrido durante muito tempo no Hospital de Caridade, mantido pela Irmandade Nosso Senhor dos Passos.

Nesse período, a CPI também recebeu a visita de uma equipe do Grupo de Estudos Norte-Americano, que tem por objetivo traçar as rotas e o volume de drogas consumido mundialmente, a qual esteve reunida com os integrantes da Comissão para solicitar informações coletadas sobre o assunto.

A meta do Grupo é traçar uma radiografia do consumo de substâncias entorpecentes, as rotas do narcotráfico e a adoção de medidas preven-

tivas em todos os países em que o problema acontece. Este trabalho já foi realizado em outros países da América Latina, como Bolívia, Colômbia, Venezuela, Peru e Paraguai. Após o término do trabalho, as conclusões serão repassadas aos governos em cujos países os levantamentos foram realizados, a fim de propiciar a implantação de projetos e programas específicos para a repressão e prevenção ao uso de drogas.

Na próxima semana, a CPI vai estar na região Oeste do Estado para ouvir o depoimento de pessoas ligadas a roubo de cargas e veículos.



## Projeto do Judiciário gera polêmica

### *OAB/SC considera prejudicial à população o projeto do Tribunal de Justiça que reduz jornada de trabalho*

Designado pela Comissão de Justiça para ser o relator do Projeto de Lei 214/00 do Tribunal de Justiça, que reduz a carga horária dos servidores, o deputado Jaime Duarte (PPS) iniciou nesta semana uma série de audiências públicas para ampla discussão do assunto, nas quais também participaram os parlamentares Onofre Agostini (PFL), Neodi Saretta (PT), Ronaldo Benedet e João Henrique Blasi (PMDB).

O projeto fixa jornada semanal de 30 horas, diminuindo de

8 para 6 horas diárias, com expediente ao público das 13 às 19 horas, de segunda a sexta-feira. Também estabelece plantões no horário matutino, observando-se a jornada de 6 horas. Prevê ainda que não haverá diminuição de salários e exclui dos parâmetros da lei os ocupantes de cargos comissionados e os que percebem gratificação de função.

No primeiro encontro, ocorrido quarta-feira (2), estiveram presentes representantes do Sindicato dos Servidores do

Poder Judiciário, da Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça e da Associação Catarinense do Ministério Público, todos defendendo a redução da carga horária.

Quinta-feira (3) foi a vez do presidente da Associação dos Magistrados de Santa Catarina, Rodrigo Collaço, defender o projeto.

**Contrário** – Já a OAB/SC tem posição contrária e não compartilha de nenhuma dessas opiniões. Segundo o presidente da Ordem, Jefferson Kravchychyn, o projeto tem vícios de origem, uma vez que deveria ser encaminhado à Assembléia pelo governador do Estado e contraria dispositivos das Constituições Federal e Estadual. Alegou que a

diminuição do horário de funcionamento do Poder Judiciário aumentará a morosidade da Justiça e que essa alteração de horário atende apenas a uma minoria, indo de encontro ao interesse público, prejudicando a população e os advogados que trabalham nos municípios do interior do Estado. Desrespeitaria também o Estatuto dos Servidores Cíveis de Santa Catarina, que determina uma carga de 40 horas semanais em dois períodos.

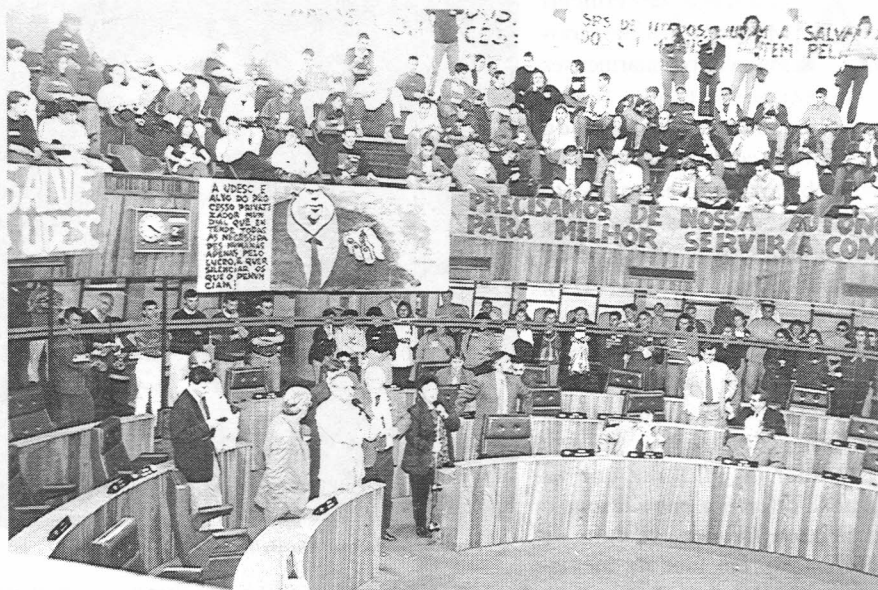
O relator Jaime Duarte propôs que fosse elaborado um projeto alternativo que agrade todas as partes envolvidas, para substituir o apresentado pelo Tribunal de Justiça.

## COMISSÕES

## Adiada votação da autonomia da Udesc

O Plenarinho da Assembléia Legislativa esteve lotado de professores e alunos da Udesc na primeira reunião da Comissão de Justiça deste semestre, ocorrida no último dia 1º. O semestre legislativo iniciou com polêmica, em razão do pedido de vista em gabinete por 48 horas, solicitado pelo deputado Antônio Aguiar (PFL), ao Projeto de Emenda Constitucional nº 009.9/00, de procedência parlamentar, subscrito pelo deputado Onofre Agostini (PFL) e Ideli Salvatti (PT), que atribui autonomia financeira à Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc.

Na sessão extraordinária convocada nesta quinta-feira (3) pelo presidente da Comissão de Justiça, deputado Onofre, que foi acompanhada por um grupo de professores universitários, houve muita discussão. A base governista defendia que a matéria não poderia ser votada no mérito sem haver novas discussões, numa posição favorável ao relatório do deputado Aguiar, que propôs a realização de três audiências públicas envolvendo representantes da Udesc, de outras universidades do País que já obtiveram autonomia, como USP e Unicamp, e também autoridades estaduais. O de-



(foto Salom Soares)

Projeto gera expectativa entre professores e alunos

putado Neodi Saretta (PT), relator da matéria, propôs apenas uma audiência no dia 14, alegando que “estender a discussão até outubro é uma forma de protelar o assunto”.

Submetida à votação em separado, prevaleceu a proposta do voto vista, com voto favorável de todos os deputados da ala governista. Ficou estabelecida a realização das três au-

diências, tendo como local a sala da Comissão de Justiça. A primeira está marcada para o próximo dia 14, às 9 horas, com o Reitor da Udesc, representantes do DCE, Secretarias da Educação e da Fazenda. A segunda audiência ocorre em 21 de setembro, apenas entre os deputados. Na última, dia 30 de outubro, haverá uma discussão final entre os parlamentares.

## Ideli apresenta projeto de emenda constitucional

**A liberdade de escolha é inerente aos direitos da cidadania.**

Tramita na Comissão de Justiça da Casa projeto de emenda constitucional, apresentado pela deputada Ideli Salvatti (PT), que inclui a livre orientação sexual no inciso IV do artigo 4º da Constituição

escolha é inerente aos direitos da cidadania. Também permite, de forma mais organizada, o debate sobre a necessidade de desmontar as idéias e práticas discriminatórias que impedem a consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática e plural, acrescenta a deputada na justificativa do projeto.

Pela proposta, o inciso IV do artigo 4º passará a ter a seguinte redação: “A lei cominará sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a entidades que incorrerem em discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual, convicção política ou filosófica e outras quaisquer formas, independentemente das medidas judiciais previstas em lei”.

A deputada justifica que, em razão da crescente onda de intolerância à orien-

tação sexual de grupos humanos, diversas organizações de homossexuais passaram a elaborar demandas políticas de caráter público que possam eliminar os preconceitos e discriminações por conta das preferências sexuais. Dados oficiais mostram que nos últimos dez anos mais de 1.200 brasileiros foram vítimas de homofobia – termo utilizado para designar o sentimento de ódio e aversão aos homossexuais. Na maioria dos casos são assassinatos brutais, geralmente precedidos de tortura, e a maior parte dos matadores permanece solta.

Lembra que a iniciativa de apresentação da emenda segue o que já está previsto nos direitos individuais da Constituição do Distrito Federal e nas Leis Orgânicas dos municípios de Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre e outros.

do Estado, que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. Esta emenda, argumenta Ideli, permitirá a garantia constitucional da proteção contra os atentados às pessoas em razão de suas opções sexuais, porque a liberdade de

## PLENÁRIO

# Unificação das Polícias está sendo precipitada

A unificação das Polícias Militar e Civil em vários municípios catarinenses está sendo feita de forma precipitada, sem o devido preparo, e, como consequência, há problemas de relacionamento entre os efetivos das duas corporações. A avaliação é do deputado Jaime Mantelli (PDT), para quem a população poderá ser a grande prejudicada, pois as Polícias, ao contrário do preconizado, não estão agindo de forma conjunta.

O líder do PDT diz que há grande diferença entre discurso e prática quando se fala de unificação, em face da inexistência de debate sobre a fórmula mais adequada de promover a integração, e que não há solução para os problemas urgentes enfrentados pelas categorias. Mantelli cita a falta de efetivo, material, logística, armamento e principalmente a



Deputado Jaime Mantelli

questão salarial como as maiores dificuldades.

“A falta de definição de critérios justos para o pagamento de horas extras é problema gritante, provocando situações em que policiais prestam

serviço extraordinário e não recebem”, acusa o deputado. Também denuncia a centralização dos recursos para o setor, em razão da tecnocracia implementada pelo atual governo. Ele observa que o Fundo de Segurança Pública, criado em 1995, era gerido diretamente pelo secretário da Segurança e pelo comandante-geral da Polícia Militar, o que permitia agilidade nas decisões sobre investimentos.

Sobre as aspirações dos policiais, dos quais Mantelli é representante, lembra, ainda, a inexistência de planos de carreira, de um eficiente plano de saúde e até de facilidades para transferências sem ônus, permitindo ao servidor trabalhar no município ou próximo de onde tem seu imóvel. “Falta disposição do governo, por isso a insatisfação é grande”, avalia.

## Herneus quer fortalecer Programa Magister

Através de moção, o deputado Herneus de Nadal (PMDB) reivindica providências do governo estadual para o fortalecimento do Programa Magister e também para a Udesc.

Herneus entende que o Magister cumpre bem a função de estimular professores do ensino médio a formarem-se em ensino superior e que a Udesc desempenha um papel estratégico no desenvolvimento estadual, promovendo cursos gratuitos.

No entanto, argumenta que é um paradoxo e um contra-senso essa universidade oferecer o curso de Pedagogia a distância, cobrando dos municípios taxa para habilitar professores da rede pública e, por outro lado, oferecer educação gratuita a futuros profissionais liberais. “A Udesc fortalecida

não precisa lançar mão desse expediente que onera os municípios, e o Estado, por sua vez, já dispõe do Programa Magister, em parceria com as universidades ligadas ao sistema Acafe, que vem logrando pleno êxito, necessitando apenas ser fortalecido”, afirma.

**“É um contra-senso a Udesc cobrar o curso de Pedagogia a professores municipais e, ao mesmo tempo, oferecer educação gratuita à comunidade em geral”**

A preocupação do parlamentar refere-se à iniciativa da Udesc em promover curso de Pedagogia a distância, para habilitar o corpo docente em educação superior, através de contrato de prestação de serviços entre a instituição educacional e as prefeituras municipais, com custo mensal por aluno de R\$ 120.

A Udesc é uma instituição pública mantida pelo governo estadual que oferece ensino gratuito em nível superior à comunidade. Atualmente está instalada em Florianópolis, Joinville e Lages.

## Zona de Processamento Florestal

Com o objetivo de ampliar a Zona de Processamento Florestal (ZPF), atualmente restrita aos municípios que compõem a microrregião da Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), o deputado Antônio Aguiar (PFL) encaminhou projeto de lei alterando o artigo 3º da Lei 10.169, que autoriza a criação da Zona de Processamento de Produtos Florestais.

Pela nova redação, ficou definido que a ZPF compreenderá a Amures e as Associações dos Municípios da Região do Contestado (Amurc), do Alto Vale do Rio do Peixe (Amarp) e do Planalto Norte (Ampla).

De acordo com o parlamentar, a presente iniciativa é necessária, considerando que hoje os municípios dessas regiões são grandes potencialidades no plano da atividade florestal, posto que somam a maior área de reflorestamento do Estado.

“Vale salientar que a medida perfila-se ao Programa de Distribuição de Mudanças, voltado ao incentivo do reflorestamento de pequenas propriedades, recentemente lançado em Canoinhas, o qual vem apresentando ótimos resultados”, afirmou.

## Bacia do Rio Uruguai

A Bancada do Oeste, coordenada pelo deputado Romildo Titon (PMDB) e tendo como secretário o deputado Pedro Uczai (PT), apresentou requerimento solicitando a realização de

audiência pública para tratar dos recursos do Orçamento da União para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da área da bacia do Rio Uruguai e para as obras de pavimentação da BR-282.

## Vidal Ramos - Capital do Doce

O deputado Rogério Mendonça (PMDB) apresentou projeto de lei que declara Vidal Ramos Capital do Doce. Justifica que a própria população do município, dadas as características da culinária alemã, decidiu eleger o doce como o produto típico da região, e de acordo com o projeto, caberá ao Poder Executivo implantar um programa de incentivo à sua produção.

O parlamentar acredita que a ação governamental será fundamental para o aumento da produção, além de resultar em absorção de divisas ao município e ao Estado. "Somase a essas vantagens a divulgação maior da Festa do Doce, realizada em Vidal Ramos desde 1996, no mês de maio, quando a população tem a oportunidade de oferecer mel, geléias, compotas, tortas e o famoso café colonial aos visitantes", destaca.

## Prodec para a maçã

O deputado Reno Caramori (PPB) fez uma indicação solicitando ao Governador do Estado que envie à Assembléia projeto de lei instituindo o Prodec Agroindustrial especificamente para a cultura da maçã. Justificou a proposta dizendo que "as empresas catarinenses voltadas à cultura da maçã alcançaram considerável destaque na conservação, classificação e comércio da fruta, que hoje passa por todo um processo indus-

trial, desde a colheita até sua distribuição no comércio".

Atualmente Santa Catarina é o grande centro produtor do país, reconhecido como o Estado Brasileiro da Maçã, presente no mercado nacional e internacional, exportando e distribuindo uma variada gama da fruta e atendendo grandes redes de supermercados e centrais de abastecimento. "Isso, por si só, justifica o incentivo pretendido", afirmou Caramori.

## Veto à fixação de preços

Das seis mensagens de vetos que constavam da pauta das sessões plenárias desta semana, somente um foi apreciado. Os deputados mantiveram o veto total ao projeto de lei de autoria do ex-deputado Antônio Ceron, que dispõe sobre as formas de afixação de preços de

produtos em supermercados e serviços, para conhecimento do consumidor. O projeto foi considerado contrário ao interesse público por constituir-se em duplicidade de norma sobre o mesmo assunto, que já é regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor.

## Proposições

**Deputado Nelson Goetten (PPB)** ao diretor-presidente da TIM Telesc Celular, solicitando a ampliação das torres de transmissão de telefonia celular ou direcionamento das mesmas no município de Taió.

**Deputado Onofre Agostini (PFL)** ao presidente do Ipesc, solicitando a razão de não estar sendo cumprido o benefício assegurado aos ex-combatentes nos termos da Lei Complementar nº 193/2000.

**Deputado Gelson Sorgato (PMDB)** ao chefe do 16º DNER/SC, solicitando medidas urgentes para o recapeamento da BR-282 nos trechos entre Bom Retiro e Santo Amaro da Imperatriz e entre Xanxerê e o trevo de Irani.

**Deputado Altair Guidi (PPB)** ao governador do Estado e ao comandante da PM, pedindo providências no sentido de construir um posto policial no balneário de Campo Bom, em Jaguaruna.

**Deputado João Rosa (PTB)** ao governador do Estado, pedindo segurança às pessoas que transitam pela BR-282 - Via Expressa (trecho que liga a Ponte Colombo Salles à BR-101), em Florianópolis/São José.

**Deputado Adelor Vieira (PMDB)** solicitou ao chefe do 16º DNER/SC, solicitando providências urgentes para a reforma da ponte localizada na BR-280, divisa entre Jaraguá do Sul e Guaramirim.

**Deputado Onofre Agostini (PFL)** ao Governador do Estado, pedindo informação sobre os custos das taxas para expedição de carteira nacional de habilitação, por categoria, e se houve majoração nos preços dessas taxas nos últimos 6 meses.

**Deputado Francisco de Assis (PT)** à diretora-presidente do Hospital Dona Helena, em Joinville, apelando para a permanência do Curso Técnico de Enfermagem nas dependências da Associação Beneficente de Joinville.

**Deputada Ideli Salvatti (PT)** à secretária do Desenvolvimento Social e da Família, solicitando apoio financeiro para a construção da sede da Associação dos Portadores da Síndrome de Down, em terreno localizado em Barreiros, São José.

**Deputado João Rosa (PTB)** ao governador do Estado, solicitando que seja realizada constante fiscalização nas condições de segurança de creches e berçários existentes no Estado.

**Deputado Gelson Sorgato (PMDB)** ao secretário dos Transportes e Obras, solicitando medidas urgentes para a realização de reparos e manutenção da SC-432, no trecho que liga Bela Vista do Toldo à BR-280, que se encontra em precário estado de conservação.

**Deputado João Rosa (PTB)** ao governador do Estado, à secretária da Educação e ao Conselho Estadual de Educação, sugerindo que sejam incluídas no currículo escolar noções sobre os efeitos danosos provocados pela utilização de drogas, álcool e armas.

**Deputado Jorginho Mello (PSDB)** ao reitor da Udesc, solicitando que seja promovida a extensão daquela universidade nos municípios do Estado para que os estudantes tenham acesso ao curso superior gratuito.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)** ao governador do Estado e ao comandante da PM, pedindo intensificação das ações de segurança em Taió e a instalação de um posto de policiamento no Distrito de Rio das Antas, em Santa Terezinha.

**Deputado Francisco de Assis (PT)** ao governador do Estado, indagando os nomes dos cem maiores devedores da Casan, o valor da dívida de cada um e que providências estão sendo tomadas para a efetivação da cobrança dessas dívidas.

**Deputado Altair Guidi (PPB)** ao secretário dos Transportes e Obras, solicitando a construção de um trevo na rodovia SC-446, Criciúma/Urussanga, que dá acesso ao Clube Mampituba.

**Deputado Rogério Mendonça (PMDB)** ao presidente da Telesc, solicitando a instalação de telefones públicos na localidade de Ribeirão Paca, em Aurora.

## GERAL

## Futuro da suinocultura preocupa deputados

**N**a Expo Concórdia 2000 – Feira de Indústria e Comércio e Exposição de Gado e Suínos, aberta no último dia 28 e que vai até este domingo (6) no Parque de Exposições Atílio Fontana, em Concórdia, no Meio-Oeste, o deputado Moacir Sopelsa (PMDB), presidente da Comissão de Agricultura, coordenou a audiência pública “O Futuro da Suinocultura em Santa Catarina”, dando enfoque para abastecimento de milho, sanidade do rebanho e preservação do meio ambiente. Entre os quase 200 participantes que vieram ao município

para o 1º Fórum de Conjuntura Nacional de Suínos e Aves, estavam os deputados estaduais Milton Sander (PPB) e Neodi Saretta (PT) (este último representando o presidente da Assembléia Legislativa – deputado Gilmar Knaesel (PPB)), o deputado federal Hugo Biehl (PPB), o secretário da Agricultura, Odacir Zonta, a prefeita de Concórdia, Leni Suzin Marini, o presidente da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Paulo Tramontini, pesquisadores da Embrapa Suínos e Aves, suinocultores, prefeitos e vereadores.

De acordo com Sopelsa, um dos grandes problemas da



Assembléia presente ao Fórum de Suinocultura

suinocultura é a insuficiência de milho produzido no Estado para abastecer o plantel – situação que se agravou neste último mês com as geadas, que praticamente destruíram as lavouras na entressafra. A cada ano importa-se cerca de 1 milhão e 200 mil toneladas de milho, e os produtores reclamam que não ampliam o cultivo do produto em razão do seu alto custo e da falta de incentivo do governo. O secretário da Agricultura do Estado é otimista em relação a esse assunto. Ele acredita que dentro de três anos Santa Catarina será auto-suficiente na produção de milho. As alternativas são a correção do

solo através do programa de calcário, o uso racional dos dejetos suínos, que além de não poluir o meio ambiente poderá substituir a uréia

(utilizada como adubo), que é importada e tem alto custo. O governo propõe também a redução do custo das sementes e garantia do preço médio do milho.

Os suinocultores presentes ao encontro apresentaram várias sugestões que permitem a manutenção das atividades, as quais, segundo o presidente da Comissão de Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, serão transformadas em documento, que depois vai ser encaminhado às autoridades federais e

estaduais. Entre elas estão o milho com frete subsidiado, bônus sobre a produção de milho, parceira com as agroindústrias e recálculo das dívidas dos produtores.

## Joinville realiza ato pela paz no mundo

**A** cidade de Joinville começa a se integrar à campanha mundial pela paz, organizada pela ONU. Por iniciativa do deputado Jaime Duarte (PPS), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, será realizado neste sábado (5) ato público na Praça Nereu Ramos, das 9 às 13h. Na ocasião será lançado o “Manifesto 2000”, como foi batizado pelos organizadores.

O ano 2000 foi declarado pela ONU como Ano Internacional da Cultura da Paz, e em Santa Catarina a Comissão passa a ser uma das parceiras na divulgação do Manifesto, informou Duarte.

“É responsabilidade de cada um colocar em prática os valores que inspirem uma cultura de não-violência”, afirmou o parlamentar, lembrando que todos podem contribuir para a paz promovendo a harmonia dentro de suas casas, locais de trabalho e bairros, entre outros.

O Manifesto 2000 está aberto para assinaturas em todo o mundo, e a meta é alcançar a marca de 100 milhões de adesões.

Em Joinville, além da coleta de assinaturas, haverá atividades musicais, declamações de poesias e exposição dos Vinte anos de Anistia com Charge. Novos eventos estão programados para Florianópolis e outras cidades do interior.

## Agenda

**Dia 7**, às 19h – Sessão solene em homenagem a diversos pastores da Igreja Evangélica.

**Local:** Plenário

**Dia 14**, às 9h – Abertura do 3º Seminário Regional da Região Sul – Interlegis, “A Nova Realidade do Poder Legislativo”.

**Local:** Assembléia Legislativa

**Dia 14** – Audiência Pública sobre autonomia da Udesc.

**Local:** Sala das Comissões

**Dia 15** – Apresentação do relatório final da CPI do Narcotráfico e do Crime Organizado pelo relator, deputado Adelor Vieira (PMDB)